

Coração Valente

O filme *Coração Valente* (*Braveheart*) do diretor Mel Gibson, de 1995 conquistou diversos prêmios, entre eles, os de cinco categorias do Oscar de 1996, incluindo os de melhor filme e diretor. A película narra a história de William Wallace (1270-1305), que se tornou um dos principais líderes da guerra de independência da Escócia, e é ambientada no final do século XIII (1280) e início do século XIV (1314), tempo em que os escoceses lutavam contra o domínio do rei inglês Eduardo I (1272-1307) sobre a Escócia que, até então, era um reino independente.

O filme inicia com uma voz em *off* informando ao público que o rei da Escócia tinha morrido sem deixar um filho e o monarca da Inglaterra, descrito como “pagão e cruel”, se apossou do trono. Por isso, inúmeros nobres se revoltaram contra o domínio inglês, o que forçou Eduardo I a propor uma reunião para uma trégua. É nesse momento que conhecemos William ainda criança e seu pai, Malcom Wallace, “um comerciante de lã proprietário de terras e ovelhas” (HUGHES, 1999, p. 17) que estava indo para esse encontro. Ao constatar que se tratava de uma emboscada, pois todos foram assassinados, o pai de William segue em batalha por vingança contra os ingleses e é morto. A partir daí, ocorrem diversas lutas entre escoceses e ingleses pelo controle da Escócia.

Apesar de não haver registros históricos dessa emboscada, a historiografia mostra que, em 1286, marco inicial do filme, o rei escocês Alexandre III (1249-1286) morreu sem deixar filhos, cabendo o direito à Coroa a sua neta, Margarita da Noruega (na época, com três anos de idade). Porém, a princesa morreu ainda criança, ocasionando inúmeras disputas políticas pelo trono escocês. Os principais candidatos eram Robert Bruce e João Balliol (HUGHES, 1999, p. 12). Os nobres escoceses pediram a Eduardo I para arbitrar a disputa pelo trono, e foi decidido que o reino seria entregue ao rei inglês até o herdeiro escocês de direito ser empossado. Em 1292, João Balliol foi escolhido e se tornou o rei. Em 1295, a Escócia estabeleceu um pacto de ajuda mútua com a França, reino inimigo da Inglaterra e governado pelo rei Filipe IV (1285–1314), o que provocou, em 1296, a invasão às terras escocesas por parte de Eduardo I, que saqueou as cidades, vilas, plantações e destituiu o soberano Balliol do trono, fazendo-o prisioneiro na Torre de Londres e colocando ingleses para governar a Escócia.

Na película, William fica órfão e é levado pelo seu tio Argyle para morar com ele e aprender línguas como latim e francês, bem como a arte do combate e da estratégia militar. Já adulto, William retorna às suas terras e a entrada dele nas disputas pela sucessão real é mostrada como consequência da tentativa de estupro e do assassinato de sua esposa, Murrin, pelos ingleses.

De acordo com a historiografia, Wallace teve experiência militar prévia antes de se envolver na guerra pela independência escocesa de 1297, o que explicaria sua grande habilidade guerreira nas batalhas. Ainda segundo historiadores, os motivos que levaram Wallace a se juntar à guerra são desconhecidos. O poema de Blind Harry, *Ações e Feitos do Ilustre e Valente Campeão Sir. William Wallace*, um dos documentos usados no roteiro do filme, diz que Wallace tinha se casado com uma mulher chamada Marian (ou Murrin) Braidfoot, na igreja de S. Kintjergern. Ela teria sido assassinada a

mando do xerife de Lanark e isso pode tê-lo instigado a se revoltar (ou talvez a morte de sua esposa teria sido uma retaliação por ele já participar da rebelião); porém, essa história é considerada apócrifa, com muitos historiadores modernos contestando essa versão, acreditando que Wallace na verdade nunca tenha sido casado (HUGUES, 1999).

Na historiografia, como no filme, Wallace ganhou fama na Escócia após derrotar um exército inglês na batalha da ponte de Stirling, em 1297, e foi então alçado ao cargo de “Guardião da Escócia e Comandante chefe de seus exércitos em nome de João, ilustre rei da Escócia, pela graça de Deus”. Apesar das vitórias de Wallace, o filme mostra que a alta nobreza escocesa não participou junto com ele das lutas contra o domínio inglês. Para Hughes, uma coisa era o prestígio de um filho de um comerciante proprietário de terras e ovelhas como Wallace poderia desfrutar entre o campesinato e a classe de fidalgos e cavaleiros menores, e outra muito diferente era conquistar os grandes nobres para sua causa (1999, p. 17). Segundo Schiavinato (2018, p. 7), esse comportamento da nobreza escocesa se explica porque muitos possuíam descendência anglo-normanda, como o pretendente Robert Bruce, enquanto outros possuíam laços familiares com a realeza inglesa. Ramificações da nobreza escocesa possuíam ainda terras e títulos no reino da Inglaterra e temiam a perda dos privilégios caso se envolvessem em conflitos com Eduardo I. Outro fator que dificultou a adesão desses nobres nessas revoltas, era o juramento de vassalagem ao rei da Inglaterra. Ainda segundo Schiavinato, “os laços familiares e a busca de interesses frente ao rei inglês sobressaiam-se aos sentimentos patrióticos” (2018, p. 7). Esse aspecto pode ser visto no filme também na cena em que o rei Eduardo I conduziu o exército inglês à vitória de Falkirk obtendo o apoio da nobreza escocesa ao doar títulos e terras a seus principais nomes.

O feudo era a base da dinâmica social da Idade Média na nova ordem social que se implantava desde fins do século X — o feudalismo — e estava ligado estreitamente ao estabelecimento de relações de vassalagem, tornando-se um bem privado concedido em troca de serviços privados. Essa concessão (terra, dinheiro, direitos diversos) era feita por um nobre, intitulado “senhor”, a outro nobre, chamado “vassalo”, em troca essencialmente de fidelidade e serviço militar (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 253), criando uma hierarquia entre senhores e vassalos de vínculos de dependência.

O filme e a historiografia mostram como essas relações complexas de vassalagem e de interesses frente ao rei inglês levou a alta nobreza escocesa, como Robert Bruce, a trair William, que foi preso em uma emboscada em agosto de 1305 e entregue ao rei Eduardo I, que ordenou que ele fosse torturado, enforcado, arrastado, decapitado e esquartejado por alta traição (crime de lesa majestade) e outros delitos. Após sua morte, partes do seu corpo foram expostos em diferentes lugares da Escócia para servir de exemplo. O crime de lesa-majestade era considerado uma traição gravíssima contra o rei/reino, ou uma violação à dignidade de um soberano. Geralmente, os condenados por traição régia eram punidos com “pompa e circunstâncias” em execução pública, por meio de tortura na qual se procurava destacar o caráter exemplar e educativo do castigo.

No filme, as imagens da tortura de Wallace são chocantes, lentas e extremamente violentas, mas condizem e até atenuam, o que descrevem os registros históricos dos

suplícios do período medieval. Segundo Foucault (2003), o suplício era uma prática naturalizada e que fazia parte do sistema penal do período:

O próprio excesso de violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o condenado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo vergonhoso, mas é próprio do cerimonial da justiça que se manifesta em sua força. Por isso, sem dúvida é que os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, corpos arrastados, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível (FOUCAULT, 2003, p. 33).

Ainda segundo Foucault (2003), o suplício era geralmente lento e tinha a função de arrancar a verdade da culpa do criminoso por meio da tortura, levando-o à confissão de seus crimes. Também era considerado um ritual político de poder do soberano, sendo tido como uma forma de reparação dos prejuízos causados ao rei, ao reino e uma vingança do soberano a um crime direcionado a sua pessoa: “o soberano se apodera do corpo do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado” (FOUCAULT, 2003, p. 43).

No entanto, pouco a pouco, o suplício/tortura, essa violenta “representação-espetáculo” público, foi sendo abolido do sistema penal e associado a um cunho negativo. Esse rito passou a ser compreendido como uma prática que se igualava ao crime cometido pelo condenado ou mesmo ultrapassando-o em selvageria, “acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, [...] fazendo o carrasco se parecer com o criminoso, os juízes com assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e admiração” (FOUCAULT, 2003, p. 12-13).

A tortura foi abolida dos códigos penais europeus no final do séc. XVIII e durante o XIX, passando a ser injustificável, apesar de ainda ocorrer na prática, em qualquer situação pelo respeito à dignidade e à vida humana propostos pelos direitos humanos sendo na contemporaneidade considerado um crime hediondo.

William Wallace foi considerado um herói nacional na Escócia, tendo recebido várias homenagens nos séculos após a sua morte. Uma placa comemorativa foi erguida próxima à entrada do hospital St Bartholomew, perto de onde a execução aconteceu, em Smithfield. Em 1869, foi erguido o Monumento Wallace, próximo de onde aconteceu a batalha na ponte de Stirling. A Espada de Wallace, que supostamente pertencia a ele (embora partes da arma sejam datadas de 160 anos após sua morte), que por muitos anos era exibida no Castelo de Dumbarton, agora é mostrada no seu monumento em Stirling.

Após a morte de Wallace, o filme termina mostrando a batalha em 1314, na qual os escoceses, depois de atacarem os exércitos ingleses nos campos de Bannockburn, vencem e Robert de Bruce se torna rei da Escócia, simbolizando a conquista de independência do reino.

Um dos aspectos importantes que pode ser discutido por meio do filme é o significado do casamento aristocrático no medievo, quando se mostra que Eduardo I casou seu filho, Eduardo II, com Isabel, filha do seu rival, rei da França, como um acordo diplomático entre os dois países. Segundo Vainfas (1986, p. 26), entre reis e cavaleiros, o casamento estava profundamente ligado aos valores da linhagem, à transmissão de heranças e títulos de glória e de honra, bem como à formação de alianças políticas. A posição que os filhos ocupariam no mundo, as oportunidades que teriam, por sua vez, de se casarem bem, dependiam das cláusulas da aliança concluída por ocasião do casamento de seus pais (DUBY, 1989, p. 15).

As mulheres eram, pois, parte do patrimônio familiar, por isso era necessário “negociar da melhor maneira possível seu poder de procriação e as vantagens que elas podem legar à sua prole” (DUBY, 1989, p. 15). Numa sociedade patriarcal como a medieva, as mulheres eram tuteladas e estavam submetidas à vontade dos homens, sendo seu principal papel o de mãe, “dar filhos ao grupo de homens que a domina e a vigia” (DUBY, 1989, p. 15), daí a fecundidade ser indispensável ao casamento, assim como a fidelidade absoluta da esposa (gerar herdeiros legítimos), de modo que o adultério feminino implicava o abandono ou até mesmo a morte da adúltera, com base em leis medievais. Na Idade Média, a liberdade de escolha e o amor não eram considerados nos acordos dos casamentos reais e nobiliárquicos (BROOKE, 1989, p. 30), levando-se em conta as vantagens políticas e econômicas.

O filme coloca a princesa Isabel, esposa de Eduardo II, como amante de William Wallace, um relacionamento totalmente fictício e impossível no contexto medieval. Além disso, Isabel só se tornou parte da família real inglesa ao se casar com Eduardo II em 1308, três anos após Wallace ser executado; ou seja, a sua presença na película é anacronismo.

No filme, na cerimônia de casamento de William e Murron pode-se ver a presença de um padre que envolve as mãos dos noivos com um laço. A presença do padre numa cerimônia nupcial foi fruto de um processo longo, que instituiu o casamento religioso em uma sociedade que assentava a base da família num modelo laico de relação conjugal, que não necessitava da presença de um clérigo, e correspondeu à sistematização de uma liturgia. No modelo religioso era indispensável a sanção da Igreja, pela intervenção de um sacerdote que santificasse a relação conjugal. A partir do século XI, o papel do padre no casamento cresceu notavelmente e era ele que unia as mãos dos noivos como “laço da unidade conjugal, a fim de que o homem não separe aqueles que Deus uniu” (VAINFAS, 1986, p. 33). O casamento foi considerado pela Igreja e pela Coroa como um dispositivo de controle e manutenção da ordem social.

Outro aspecto que aparece no filme é a instituição da “*ius primae noctis*” (primeira noite) como lei em terras escocesas pelo rei Eduardo I. Segundo essa lei, quando uma plebeia que habitasse as terras de um nobre se casasse, este teria direitos sexuais sobre ela na noite de núpcias. O rei inglês diz: “se não conseguimos expulsá-los, teremos direito aos seus descendentes e criaremos o tipo de homens que desejamos

para a Escócia”. Em uma cena é mostrada uma festa de casamento rural escocês na qual o nobre proprietário cumpre esse direito.

Esse tema é controverso e atualmente tem sido motivo de revisão historiográfica. Muitos historiadores medievais, como Jacques Heers (1994, p.172-173), o consideram uma lenda ou uma criação posterior ao período medieval. Esse direito existiu em documentos medievais como, por exemplo, nas reivindicações dos camponeses da Catalunha de 1462, mas não há provas de seu cumprimento. De acordo com o item VIII das reivindicações da Catalunha (COSTA, 2011):

VIII- Que o senhor não possa dormir a primeira noite com a mulher do camponês:

Pretendem alguns senhores que quando o camponês toma mulher, o senhor há de dormir a primeira noite com ela, e em sinal de senhorio, a noite em que o camponês deva contrair núpcias, a mulher, estando deitada, vem o senhor e sobe à cama, passando sobre a dita mulher e como isso é infrutuoso para o senhor e uma grande humilhação para o camponês, um mau exemplo e ocasião para o mal, pedem e suplicam que isto seja totalmente abolido.

Responderam os ditos senhores que não sabem nem acreditam que tal servidão ocorra no presente no principado, nem tenha sido jamais exigida por senhor algum. Se isso é verdade, como foi afirmado no dito capítulo, renunciam, rompem e anulam os ditos senhores tal servidão como coisa muito injusta e desonesta.

Nessa fonte pode-se evidenciar na resposta dos nobres que estes dizem desconhecer tal costume, muito menos exigi-lo. Enfim, sem dúvida, existem inúmeros exemplos de violências sexuais cometidas pelos senhores feudais ao longo da Idade Média, mas quanto a esse direito ou costume de o senhor violar a mulher do camponês na noite de núpcias, as evidências são incertas (BAÚN, 2018).

Um outro aspecto que pode ser discutido no filme é a sodomia/homossexualidade. O filho de Eduardo I é representado na película como sodomita. Em um diálogo, seu pai, explicitando a homossexualidade do filho, afirma que ele mesmo teria que conceber um herdeiro do trono com a princesa Isabel. Em diversos momentos da narrativa, a sodomia do príncipe é tratada de forma preconceituosa e violenta. Numa cena, o rei espanca o filho e mata o amante Piers Gaveston, jogando-o pela janela do palácio. Existem registros históricos da sodomia de Eduardo II. Em um estudo recente, o historiador Jeffrey Hamilton (2018), com base em análises de documentos, afirma que Eduardo II e Piers Gaveston eram amantes. No entanto, ao trabalhar com o filme em sala de aula, é importante o professor/professora problematizar essas imagens inferiorizantes e depreciativas sobre os sodomitas no medievo, a fim de que não sirvam para legitimar, no presente, a continuidade dessas ações de violência contra os homossexuais.

No medievo, os sodomitas eram considerados criminosos e pecadores. A homossexualidade era crime/pecado contra a natureza, pois não visava à procriação, sendo considerada uma abominação passível de pena de morte. Os sodomitas foram

vistos como causadores de grandes malefícios, como fomes coletivas, terremotos e pestes, guerras e enchentes, sendo também associados à destruição de Sodoma e Gomorra, queimadas pelo fogo celestial; ou seja, foram usados como bodes expiatórios. A perseguição e a morte de sodomitas visavam a combater as práticas eróticas que, segundo a Igreja, se desviavam da moral cristã, atentavam contra o patriarcado e os valores da família, a superioridade masculina e a autoridade da Igreja. Os argumentos da condenação dos sodomitas eram religiosos e foram utilizados para justificar a grande violência com a qual foram tratados. Dessa maneira, a violência contra os sodomitas deve ser interpretada como uma violência de gênero, porque foi fundamentada em concepções machistas, sexistas e preconceituosas sobre a homossexualidade, que ainda permanecem naturalizadas em nosso cotidiano.

Gaveston, amante de Eduardo II, não foi morto ao ser jogado pela janela do castelo por Eduardo I, como mostra o filme, mas foi assassinado e decapitado em 1312, anos após a morte do rei inglês em 1307, ao ser condenado por diversos crimes contra o tesouro e a Inglaterra.

Outro aspecto que aparece no filme é o estupro e a objetificação sexual das mulheres. Em uma cena, Murrion, esposa de William, é atacada na aldeia por soldados ingleses que tentam estuprá-la. Ela é salva do estupro por William, mas acaba capturada e degolada pelos ingleses. Em uma outra cena entre a princesa Isabel e sua dama, esta lhe informa que os ingleses atacariam secretamente os rebeldes no norte da Escócia e, quando perguntada por Isabel sobre como soube dessa informação, a dama diz: “na noite passada dormi com um membro do Conselho de Guerra”.

Sobre essa cena de tentativa de estupro, é necessário um olhar atento do professor/da professora para discutir criticamente o tema, mostrando que essa prática terrível não é banal e natural, mas construída sócio-historicamente e fundamentada em concepções machistas de “empoderamento masculino sobre o corpo das mulheres”. Ou seja, “o poder dos homens se manifesta no domínio sexual das mulheres”.

Oliveira (2017), ao analisar uma imagem de estupro na Idade Média presente em um livro didático de história, mostra que a agressão sexual aparece como um subproduto das guerras medievais,

pois as mulheres, da mesma forma que as relíquias sagradas, as propriedades e os bens, constituíam-se em objetos de apropriação e disputa. [...] Na Europa feudal, o estupro era assim concebido como um crime contra a propriedade masculina, como uma espécie de roubo, já que o corpo das mulheres era visto como objeto/propriedade de posse do pai ou marido. Nesse caso, as vítimas do estupro não eram as mulheres, mas os homens detentores de sua posse (OLIVEIRA, 2017, p.22).

No filme percebe-se que a tentativa de estupro de Murrion pelos soldados ingleses abalou a masculinidade e as prerrogativas de proprietário e possuidor de Wallace e é mostrada, junto com o assassinato dela, como a causa de entrada dele na guerra de independência da Escócia. O filme também permite debater o significado do estupro

durante guerras e insurreições como uma forma de prova de poder para expressar a derrota do inimigo. “A redução moral é um requisito para que a dominação se consuma e a sexualidade, no mundo que conhecemos, é impregnada de moralidade” (SEGATO apud OLIVEIRA, 2017, p. 22). A imagem de tentativa de estupro de Murrone necessita de leituras que conduzam a problematizações que contribuam para a desnaturalização das violências de gênero no passado e presente.

Na cena em que a dama da princesa Isabel é objetificada sexualmente, ao ser mostrada conseguindo uma informação em troca de relações sexuais, é preciso uma leitura que aponte para as desigualdades das relações entre homens e mulheres nas narrativas históricas. Na “história de governantes, de batalhas”, as mulheres só eram incluídas quando ocupavam, eventualmente, o trono (em caso de ausência de filho varão), ou então quando se tornavam a “face oculta” que governava o trono, por trás das cortinas, dos panos, do trono, numa clara insinuação sensual/sexual que pensava que as mulheres usavam o leito para conquistar vantagens e poder (PEDRO, 2005, p. 83). A imagem machista/patriarcal da mulher sensual que usava o corpo/sexo para atingir seus objetivos era fundamentada na velha imagem da Eva sedutora. Eva era associada à insaciedade e aos pecados sexuais, vítima e agente do Diabo, cujo pendor para o mal e para os prazeres da carne ligava-se à longa tradição cristã, desde a noção de pecado original que atribuía a Eva a expulsão do Paraíso por sucumbir aos artifícios da serpente/Diabo e levar toda a humanidade à Queda. Nesse sentido, as mulheres descendentes de Eva eram consideradas seres carnis por natureza, dadas a todos os tipos de vícios.

O filme possibilita discutir ainda o uso dos kilts e o fato de William e seus principais líderes usarem, durante as batalhas pela independência da Escócia, uma pintura azul no rosto. Aqui pode-se problematizar a importância dos heróis, dos mitos, músicas, das roupas típicas e de outras tradições na criação dos Estados durante a Idade Média, mas também na criação do conceito de nação e nacionalismo no século XIX. A pintura azul no rosto é uma apropriação que o filme faz de referências históricas das origens do povo escocês que surgiu, dentre outras etnias, do povo Celta, como os pictos com seus famosos guerreiros que se pintavam de azul e lutaram contra os romanos na Britânia, que não conseguiram subjugar-los. Nesse sentido, essa tradição guerreira dos pictos e sua resistência à subjugação romana são usadas como uma referência ancestral e identitária da criação da Escócia e da luta contra a dominação do povo escocês pelos ingleses. Para Eric Hobsbawm e Terence Ranger, as tradições passadas são reconstruídas a partir de necessidades do presente, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer a continuidade com o passado próprio adequado (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 9).

No filme, os escoceses vestem o saio (kilt) – feito de um tecido de lã axadrezado (tartan), cuja cor e cujo padrão indicam “o clã” a que pertencem –, traje considerado símbolo da nacionalidade escocesa, mas que, nos séculos XIII e XIV, época em que se passa a película, ainda não existia. Segundo Trevor-Roger, o kilt foi obra dos fins do século XVIII e início do XIX (1997, p. 26), tendo sido inventado por um dono de fábrica

inglês quaker que temia que as túnicas de seus operários escoceses se enganchassem no maquinário (1997, p.33). Dessa forma, pode-se discutir o uso do kilt na película como forma encontrada pelo diretor de fornecer à guerra de independência da Escócia a ideia de um “passado dourado”, de recuperação de um status passado, mítico e ideal. Assim, enfatiza-se a trajetória heróica dos antepassados, realçando seus grandes feitos, relembrando as virtudes que os descendentes carregam no sangue e justificando o sacrifício em nome de um destino designado desde tempos imemoriais. O filme é fundamentado num patriotismo étnico, na ideia de que os indivíduos de um estado dividem uma cultura e uma história única e exclusiva, diferente dos grupos externos, estando assim ligados por laços de solidariedade que lembram laços familiares.

Essa ideia está ainda presente em diversos momentos do filme nos quais William faz discursos patrióticos de libertação da Escócia e de como esse ideal teria a capacidade de unir os mais diferentes estamentos, clãs e culturas. Em uma cena, para encorajar os soldados escoceses em menor número a lutar, ele diz: “Vocês lutarão? Se lutarem talvez morram. Corram e viverão. Pelo menos por enquanto. E morrendo em suas camas, daqui a muitos anos, estariam dispostos a negociar todos os dias daqui em diante por uma única chance, apenas por uma única chance de retornar aqui e dizer aos nossos inimigos que podem tirar vossas vidas, mas que nunca tirarão vossa liberdade”.

No filme, os inimigos são os ingleses, descritos como cruéis, assassinos, ladrões, estupradores e usurpadores da Escócia e de suas riquezas. Aqui pode-se discutir como as representações negativas dos inimigos são criações fundamentais nas lutas de independência no medievo decorrente da relação conflituosa com o “outro”.

É importante atentar ainda para o fato de que o filme estreou em 1995, no contexto da campanha a favor da autonomia do Parlamento escocês, obtida em 1997. Desde o século XVIII, pelo Ato de 1707, o parlamento da Escócia fundiu-se com o Parlamento da Inglaterra com sede em Londres e perdeu sua autonomia (HUGUES, 1999, p. 22).

Referências Bibliográficas

BAÚN, Ana. E. Ortega. O direito a pernada realmente existiu? A existência dessa prerrogativa senhorial durante a Idade Média tem sido muito contestada pelos historiadores desde o século XIX. **Revista História National Geographic online**, 10 de outubro de 2018. Disponível em: https://historia.nationalgeographic.com.es/a/derecho-pernada-a-debate_13831.

Acesso em: 18 set. 2021.

BROOKE, Christopher. **O casamento na Idade Média**. Europa-América, Portugal, 1989.
COSTA, Ricardo. Extratos de documentos medievais sobre o campesinato (séculos V-XV), 2011. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/extratos-de-documentos-medievais-sobre-o-campesinato-secs-v-xv#extrato-45>. Acesso em: 18 set. 2021.

DUBY, Georges. **Idade média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HAMILTON, J. S. Menage a Roi: Edward II e Piers Gaveston: JS Hamilton pesa as evidências e conclui que Eduardo II e seu famoso favorito eram mais do que apenas bons amigos. **History Today**, vol 49, 6 de junho de 1999. Disponível em: <https://www.historytoday.com/archive/menage-roi-edward-ii-and-piers-gaveston>. Acesso em: 18 set. 2021.

HEERS, Jacques. **A Idade Média, uma impostura**. Porto: Edições Asa, 1994.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUGHES, Brian. De Wallace a Braveheart: antecedentes históricos de um mito. UROZ, José (editor). **Historia y Cine**. Ed. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 1999, p.1-28.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Guerras e violência sexual nos livros didáticos de história brasileiros: análises e orientações pedagógicas feministas. STEVENS, Cristina; SILVA, Edlene; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska (orgs). **Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017, p.131-167.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Debates Historiográficos**, História 24 (1), 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2021.

RICHARDS, Jeffrey. Homossexuais. **Sexo, desvio e danação. As minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p.136-152.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão et al (orgs). **A Idade Média no Discurso Fílmico**. Catálogo de filmes. Volume 1. Rio de Janeiro: PEM, UFRJ, 2013, p.59-61. Disponível em: <https://www.pem.historia.ufrj.br/arquivo/CatalogoFilmico.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SCHIAVINATO, Rodrigo Barbosa. História e audiovisual: filme “Coração Valente” (1995), de Mel Gibson. **Revista Urutágua**, Universidade Estadual de Maringá (UEM), n. 38, Jun. – Nov, 2018, p.1-11. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/43865>. Acesso em: 16 set. 2021.

TREVOR-ROVER, Hugh. A invenção das tradições: a invenção das terras altas (highlands) da Escócia. HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, Amor e desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1986.